

“Snr. Engenheiro” – comédia musical sobre Sócrates estreia a 1 de abril

written by O Cidadão | 27 de Janeiro, 2026



A comédia musical inspirada na vida de José Sócrates, que se estreia a 01 de abril no Teatro Tivoli, em Lisboa, é sobretudo um retrato da “portugalidade”, assegura o argumentista Henrique Dias, afastando intenções políticas e hipóteses de processo.

“Sr. Engenheiro – Alegadamente um Musical” é uma sátira que se inspira “*nos factos da vida*” do antigo primeiro-ministro José Sócrates e da realidade político-social portuguesa, produzida pela UAU, com texto de Henrique Dias e encenação de Rui Melo, que hoje apresentaram o elenco, em conferência de imprensa.



Assumindo que é uma **“produção ambiciosa”**, cujo orçamento vai rondar os 600 mil euros, **“um valor acima da média em Portugal”**, entre Lisboa e Porto, o diretor geral da UAU, Paulo Dias, assumiu o objetivo de atingir um público acima das 50 mil pessoas.

O espetáculo parte de factos públicos e conhecidos sobre José Sócrates, que Portugal acompanhou durante anos nos noticiários, nos jornais e nas conversas de cafés, e que foram transformados em comédia na tradição da crónica de costumes, com uma **abordagem humorística**, explicou a produção.

A história começa nas Beiras e termina no início do julgamento e conta com o ator Manuel Marques a interpretar o papel de José Sócrates, enquanto os restantes atores fazem várias personagens, essas sim, **“fictícias”**, adiantou Rui Melo.

Entre os intervenientes nesta peça, apresentada como **“Era uma vez um primeiro-ministro que queria muito uma casa em Paris”**, contam-se um melhor amigo, um advogado, uma assessora, uma

ministra, uma procuradora, uma filha, uma ex-mulher, quatro ex-namoradas, muitos jornalistas, um motorista e um entregador de pizzas, especificou o encenador, acrescentando que a **“mãe [apenas] está presente num objeto”**, sem dizer qual.

“Envolve várias pessoas. Até a nós. A forma como reagimos a isto também está retratada. É um retrato da sociedade em relação a este fenómeno que se passou. O espetáculo não pretende influenciar nada. Não esperem um manifesto político, isto não pretende ser um espetáculo político. Longe disso, é para divertir, é sobre o que é, na sua essência, a Portugalidade”, explicou Henrique Dias.

“O próprio cartaz está cheio de microfones. Foram dez anos de microfones. No espetáculo há muitas coisas caricatas que as pessoas viram e de que se vão rir”, acrescentou o diretor Paulo Dias.

Questionado sobre receia ser alvo de um processo, o argumentista afirmou que **“hoje em dia pode acontecer qualquer coisa”**, aludindo ao caso do processo que envolveu a humorista Joana Marques e a dupla musical Anjos, mas rejeitou essa hipótese salientando que **“mais do que a liberdade de expressão, está em causa a liberdade de criação artística”**.

“Não faz sentido pensar nisso, porque estamos a trabalhar no campo da ficção e do humor. É uma sátira, é pegar em factos e levar ao exagero”, afirmou, acrescentando que os acontecimentos **“são todos públicos e notórios”**, levados ao **“exagero”**, ao **“absurdo”**, muito **“mais longe do que a realidade”**.

O autor do texto disse ainda ter conhecimento de que José Sócrates se **“mostrou indignado”**, num canal televisivo, com este espetáculo, mas foi perentório: **“não podemos estar preocupados com o visado, estamos a trabalhar para o público”**.

Lembrando que até há relativamente pouco tempo essa questão dos processos nunca se punha, Henrique Dias lamentou que se

vivam dias em que **“isto é um problema”** e considerou tratar-se de um mau **“sinal de saúde da nossa sociedade”**.

“Eu não quero chegar a uma sociedade onde o humor e a criação artística começam a ter este crivo, ainda por cima a nossa sociedade, que sempre teve essa tradição de liberdade”, defendeu, exemplificando com o caso das Produções Fictícias ou do Contrainformação, em que quem não gostava **“nunca teve a veleidade de dizer que ia pôr um processo”**.

“Está-se a criar um hábito e um medo na sociedade portuguesa que não é nada bom para o panorama artístico, criadores, músicos, pensadores, atores, para ninguém (...) realmente, as coisas mudaram um bocadinho nos últimos anos, infelizmente”, criticou o argumentista.

Sobre a sua interpretação, Manuel Marques admitiu que é uma **“grande responsabilidade”** e que vai ter de se distanciar do Sócrates dos ‘sketches’ da televisão e **“preparar outro Sócrates”**, de preferência que **“cante muito bem”**.

O espetáculo estreia no dia 01 de abril, dia das mentiras, **“não podia ser outra data”** – brincou Paulo Dias -, e terá uma banda ao vivo, com piano, bateria, baixo, violoncelo, guitarra e viola de arco.

A música é da responsabilidade de Artur Guimarães, que será também maestro e conduzirá os músicos Tom Neiva, André Galvão, João Valpaços, Marcelo Cantarinhas e Inês Nunes ou Carlos Domingues.

O elenco é ainda composto por Alexandre Carvalho, Brienne Keller, Jorge Mourato, Marta Andrino, Miguel Raposo, Samuel Alves, Silvia Filipe, Sissi Martins e Rita Cruz.

O espetáculo vai estar em cena no Teatro Tivoli BBVA até 10 de maio, seguindo depois para o Porto, onde se apresentará no Coliseu entre os dias 14 e 17 de maio.

José Sócrates, 68 anos, foi deputado pelo Partido Socialista, ministro e primeiro-ministro de Portugal entre 2005 e 2011.

Em 21 de novembro de 2014, foi detido no aeroporto de Lisboa quando regressava de Paris. A situação, inédita em Portugal, tinha por base suspeitas de crimes de corrupção, fraude fiscal, branqueamento de capitais, confirmadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Entre os arguidos também detidos estavam o amigo de José Sócrates e uma das figuras centrais do processo, Carlos Santos Silva, e o motorista do ex-governante, João Perna.

Sócrates, que esteve cerca de nove meses em prisão preventiva, conheceu a acusação do Ministério Público em outubro de 2017, envolvendo 28 arguidos de 189 crimes.

De um longo e polémico processo judicial, José Sócrates responde atualmente por 22 crimes: três de corrupção, 13 de branqueamento de capitais e seis de fraude fiscal qualificada.

O julgamento decorre desde 03 de julho de 2025 no Tribunal Central Criminal de Lisboa.

OC/MP